



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA  
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

FÁBIO AFFONSO DA SILVA, Ten Cel Av

**Emprego da FAB em cenário de Guerra Irregular**

Rio de Janeiro  
2021

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA  
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

FÁBIO AFFONSO DA SILVA, Ten Cel Av

**Emprego da FAB em cenário de Guerra Irregular**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso Avançado de  
Comando e Estado-Maior da Escola de  
Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.  
Linha de Pesquisa: Poder Aeroespacial.  
Orientador: Coronel Aviador João Spencer  
Ferreira da Costa

## RESUMO

Oriunda de uma inquietação vivida pelo autor, após a leitura de uma entrevista concedida pelo então Comandante da Aeronáutica no ano de 2016, na qual o mesmo cita que não vislumbrava a necessidade do preparo da Força Aérea Brasileira para cenários de conflito irregular, o presente trabalho teve por objetivo verificar a adequabilidade da Doutrina Básica da FAB (DBFAB) a este tipo de cenário. Partindo da hipótese que as atualizações mais recentes da DBFAB não incorporaram meios ou ações específicas que indiquem uma mudança em seu preparo para atuação em ambientes de conflitos irregulares, foi realizada uma pesquisa exploratória, documental e bibliográfica, como forma de se obter resultados práticos que possam ser aplicados e implementados como forma de aprimoramento de sua Doutrina. Inicialmente foi identificada a necessidade de se esclarecer quatro conceitos fundamentais relativos à evolução das guerras, aos cenários que favorecem um conflito irregular no âmbito nacional, à importância do poder aeroespacial e as lições para bem empregar o poder aeroespacial nestes cenários. Posteriormente foi analisada a DBFAB e feita uma comparação direta com a doutrina da Força Aérea dos EUA, o que permitiu responder aos objetivos específicos desta pesquisa. Finalmente, com base em conceitos sedimentados por autores consagrados, foi possível corroborar a tese inicial deste trabalho, demonstrando que a FAB não se encontra preparada doutrinariamente para cumprir suas ações em cenários de conflitos irregulares, por não possuir um documento central e único, robusto o suficiente, que seja capaz de orientar o preparo para a ação da Força.

**Palavras-chave:** conflito irregular; doutrina básica da FAB; emprego aéreo; poder aeroespacial.

## **ABSTRACT**

*Coming from a concern experienced by the author, after reading an interview granted by the then Commander of the Air Force in 2016, in which he cites that he did not see the need to prepare the Brazilian Air Force for irregular conflict scenarios, the present work aimed to verify the suitability of the Basic Doctrine of the BAF (DBFAB) to this type of scenario. Assuming that the most recent updates of DBFAB did not incorporate specific means nor actions that indicate a change in its preparation to act in environments of irregular conflicts, an exploratory, documentary and bibliographic research was carried out, as a way to obtain practical results that may be applied and implemented to improve the Doctrine. Initially, it was identified the need to clarify four fundamental concepts related to the evolution of wars, the scenarios that favor an irregular conflict at the national level, the importance of aerospace power and the lessons for using aerospace power in these scenarios. Afterwards, the DBFAB was analyzed and a direct comparison was made with the doctrine of the US Air Force, which allowed to respond to the specific objectives of this research. Finally, based on concepts established by renowned authors, it was possible to corroborate the initial thesis of this work, demonstrating that the BAF is not doctrinally prepared to carry out its actions in irregular conflict scenarios, as it does not have a central document, that is able to guide the preparation for the action of the force.*

**Keywords:** aerospace power; air employment; basic doctrine of the BAF; irregular conflict.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Doutrinas em uso pela Força Aérea dos EUA – USAF.....	29
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AFDP** – *Air Force Doctrine Publication*

**CV** – Comando Vermelho

**CSAR** – *Combat Search and Rescue* (Busca e Salvamento em Combate)

**DBFAB** – Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira

**ELN** – Exército de Libertação Nacional

**FA** – Forças Armadas

**FAB** – Força Aérea Brasileira

**FARC** – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

**IDF** – *Israel Defense Forces* (Forças de Defesa de Israel)

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**MTST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

**PCC** – Primeiro Comando da Capital

**RAF** – *Royal Air Force* (Real Força Aérea Inglesa)

**UCAV** – *Unmanned Combat Aerial Vehicle*

**USAF** – *United States Air Force* (Força Aérea dos Estados Unidos)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>Metodologia.....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>Revisão Bibliográfica.....</b>	<b>11</b>
<b>3.1</b>	<b>Conflitos e Guerras.....</b>	<b>12</b>
3.1.1	Gerações da Guerra.....	13
<b>3.2</b>	<b>Condicionantes do Conflito Irregular.....</b>	<b>15</b>
<b>3.3</b>	<b>Importância do Poder Aeroespacial em Conflitos Irregulares.....</b>	<b>17</b>
<b>3.4</b>	<b>Emprego Poder Aeroespacial em Conflitos Irregulares.....</b>	<b>19</b>
3.4.1	Uma estratégia compreensiva é essencial.....	20
3.4.2	O papel do suporte ao combate.....	20
3.4.3	Bombardear civis é ineficiente e contraproducente.....	21
3.4.4	Emprego de equipamento de alta tecnologia.....	21
3.4.5	Operações conjuntas são essenciais .....	22
3.4.6	O uso da inteligência é fundamental.....	22
3.4.7	Flexibilidade e iniciativa como vantagens.....	23
<b>4</b>	<b>Análise.....</b>	<b>23</b>
<b>4.1</b>	<b>A Doutrina Básica da FAB.....</b>	<b>24</b>
<b>4.2</b>	<b>A Doutrina da Força Aérea dos EUA.....</b>	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>Conclusão.....</b>	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No cerne da guerra está a doutrina. Representa as crenças centrais para travar a guerra a fim de alcançar a vitória. A doutrina é da mente, uma rede de fé e conhecimento reforçada pela experiência que estabelece o padrão para a utilização de [aviadores], equipamentos e táticas. É o material de construção da estratégia. É fundamental para um bom julgamento.<sup>1</sup>

General Curtis E. LeMay

No ano de 2016, durante uma entrevista para a revista Tecnologia & Defesa®, especializada em assuntos militares, o então Comandante da Aeronáutica foi questionado a respeito do que significava para o planejamento do futuro de uma Força Aérea, o fato dos principais conflitos mundiais não serem mais travados entre Estados, passando a ter como atores, grupos nacionais ou transnacionais.

A resposta do Comandante foi que ele não visualizava este cenário para nosso país, pois o pensamento unificado de que todos éramos brasileiros, permitiria pensar que não sofreremos com problemas que existem em outras áreas do planeta, tendo que manter nossa precaução apenas com relação as ameaças externas, fruto da cobiça que despertam nossas riquezas e nossas imensas áreas de vazío.

Em janeiro daquele mesmo ano, entrava em vigor uma nova diretriz para o Comando da Aeronáutica, que projetava o futuro desejado para a instituição. Denominada a “Concepção Estratégica – Força Aérea 100”, tal documento delineava objetivos e os principais desafios que a Força Aérea Brasileira (FAB) deveria alcançar até o ano 2041, quando se comemorará o seu centenário de criação.

Tais desafios relacionam-se às capacidades de levar o combate a pontos específicos do território nacional, projetando poder nas áreas de interesse, respeitando-se o limite das particularidades de emprego e da interoperabilidade, dentre outras (BRASIL, 2016).

Dentre as metas estipuladas pelo documento, destaca-se a qualificação dos profissionais do Comando da Aeronáutica, com foco na “alta capacitação operacional e administrativa, sendo referência para outras instituições” de forma a permitir uma “pronta-resposta a **qualquer ameaça** à soberania, ao patrimônio nacional e à integridade territorial” (BRASIL, 2016, p.19, grifo nosso).

---

<sup>1</sup> At the very heart of warfare lies doctrine. It represents the central beliefs for waging war in order to achieve victory. Doctrine is of the mind, a network of faith and knowledge reinforced by experience which lays the pattern for the utilization of [Airmen], equipment, and tactics. It is the building material for strategy. It is fundamental to sound judgment

Para que isto seja possível, mister se faz conhecer as principais ameaças a nossa soberania e, de fato, o paradigma de confronto militar que existia vem se alterando com o surgimento de novas formas de conflitos armados, cedendo lugar a outros tipos como o terrorismo, guerrilhas urbanas, movimentos de resistência e insurreição contra o poder nacional, dentre outros.

De acordo com Visacro (2009, p.7), “noventa e seis por cento dos conflitos transcorridos durante a década de 1990 foram assimétricos” e “somente no biênio 1999-2000, especialistas registraram cerca de cinquenta incidentes possíveis de serem qualificados com ‘ações de guerra não convencional’”.

Se os conflitos irregulares devem predominar no cenário internacional sobre os métodos tradicionais de guerra, pelo menos durante as primeiras décadas deste século (VISACRO, 2009), é necessário que as doutrinas que norteiam o emprego das Forças Armadas (FA) contenham informações amplas e abrangentes, versando não somente sobre conflitos convencionais, mas também sobre os irregulares, para que sejam capazes de orientar o preparo para todos os possíveis cenários de emprego da atualidade.

“A consolidação das ideias que regem o emprego do poder aéreo, geralmente, advém de uma ‘doutrina’. Toda força aérea treina e luta de acordo com consentidos princípios contemporâneos de doutrina.” (ROSA, 2014, p.29).

A Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira (DBFAB), DCA 1-1, define em seu significado mais amplo, que doutrina “é o conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, exposto de forma integrada e harmônica, destinado a estabelecer linhas de pensamentos e a **orientar ações.**” (BRASIL, 2020, p.7, grifo nosso).

A doutrina deve representar uma exposição de ideias, refletindo as melhores práticas conhecidas e aprovadas sobre determinado assunto, com a finalidade de ordenar as linhas de pensamento e orientar ações futuras, baseadas na experiência, pois “ela determina qual [...] deve ser a melhor maneira de combater uma guerra aérea.” (ROSA, 2014, p.30).

Considerando que após 8 anos, no ano de 2020, a DBFAB passou pela sua 7ª atualização para se adequar aos preceitos da Concepção Estratégica – Força Aérea 100; e tendo em vista que outros trabalhos realizados por oficiais da FAB discorreram a respeito deste mesmo tema, surge neste pesquisador a inquietação que leva ao problema que este trabalho visa responder: em que medida a Força Aérea Brasileira

se encontra preparada **doutrinariamente** para cumprir suas ações em cenários de conflitos irregulares?

Para que seja possível responder ao problema apresentado para esta pesquisa, foi definido o seguinte objetivo geral: verificar a adequabilidade da Doutrina Básica da FAB aos cenários de conflito irregular.

Buscando-se antecipar uma resposta ao problema observado, este estudo parte da hipótese que as atualizações mais recentes da Doutrina Básica da FAB não incorporaram meios ou ações específicas que indiquem uma mudança em seu preparo para atuação em ambientes de conflitos irregulares.

Assim sendo, a presente pesquisa reveste-se de importância pela rápida evolução observada na ocorrência destes conflitos em nível mundial, quando distúrbios nacionais se transformam em conflitos que podem ameaçar a hegemonia estatal e, desta forma, configurar uma ameaça à estabilidade democrática, podendo fundamentar as bases para uma mudança doutrinária que irá definir os rumos da FAB pelos próximos anos.

## 2 METODOLOGIA

Não há um só método para se estudar as coisas.

Aristóteles

O objeto de estudo deste trabalho, por suas limitações técnicas, será delimitado à aplicabilidade da DBFAB em cenários de conflitos irregulares, no tocante à sua capacidade de orientar o preparo e o emprego da Força, em ações contra esse tipo de ameaça.

Para que o objetivo proposto para o trabalho seja atingido ao final da pesquisa, é importante que sejam estabelecidos alguns conceitos referentes à atuação e importância do Poder Aeroespacial em conflitos irregulares, tais como:

- a) entender a evolução das gerações dos conflitos até o conflito de 4ª Geração ou Irregular;
- b) avaliar as características do ambiente nacional que favorecem o desenvolvimento de conflitos irregulares;
- c) demonstrar a importância do emprego do Poder Aeroespacial em conflitos irregulares; e

d) descrever as possibilidades de emprego do Poder Aeroespacial contra ameaças irregulares.

Compreendidos os conceitos citados, serão abordados os seguintes objetivos específicos, como forma de se corroborar ou refutar a hipótese levantada, para que sirvam de balizadores a este estudo:

OE1: analisar os avanços das atualizações da Doutrina Básica da FAB, com relação a conflitos irregulares; e

OE2: comparar estes avanços às Doutrinas de países que atuaram em conflitos irregulares.

Considerando-se seu objetivo geral, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), esta pesquisa será exploratória, pois visa aumentar a familiaridade do leitor com o tema. Também se busca analisar a relação entre os conceitos descritos na Doutrina Básica da FAB e sua aplicabilidade em cenários de guerra irregular, com vistas a um aprimoramento futuro.

Quanto à técnica utilizada, trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. Documental por utilizar documentos oficiais de Forças Armadas de outros países, que operam ou já operaram em condições irregulares e possuem um histórico de ações que os credencia a serem utilizados como referência no assunto, permitindo uma comparação com a DBFAB e suas nuances. Bibliográfica, pois busca suportar e analisar o tipo de preparo necessário à FAB, por meio da análise dos trabalhos de conceituados autores de Poder Aeroespacial, fato que permitirá chegar às conclusões esperadas deste trabalho, confrontando a hipótese que o motiva.

Por fim, será aplicada, posto que os conhecimentos obtidos poderão ser implementados e possuem interesse prático e direto para a FAB, que pode decidir pela sua utilização como um roteiro de boas práticas, para uma revisão doutrinária a luz dos eventos de um conflito irregular.

### **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A base teórica deste trabalho demanda conhecimentos sobre doutrina, conceitos e definições de guerra, bem como de suas gerações, definições de Poder Nacional e uma de suas projeções em particular, o Poder Aeroespacial, abrangendo ainda operações aéreas e conceitos de estratégia militar empregados pela Força Aérea para domínio do espaço, de forma a assegurar a sua utilização.

Desta forma, é necessário conhecer alguns destes conceitos e os autores que descreveram cenários e possibilidades de emprego, em busca de se analisar as Ações e Tarefas descritas no documento base de emprego da Força Aérea, sua Doutrina Básica, para compreendermos a tese levantada a respeito da viabilidade de sua aplicação em cenários de conflitos irregulares.

### 3.1 Conflitos e Guerras

Eu vou te dizer do que se trata a guerra. Você tem que matar pessoas e quando você mata um número suficiente delas, elas param de lutar.<sup>2</sup>  
General Curtis E. Lemay

Um conflito se caracteriza por um estado de tensão entre estados, grupos ou pessoas, que buscam ganhos de forma a conquistar seus interesses e objetivos, que pode ou não evoluir para um estado de Guerra, dependendo da vontade de seus oponentes e de seu poder relativo.

De acordo com o Dicionário Online de Português, guerra é uma luta armada entre nações ou entre partidos; conflito armado entre povos ou etnias diferentes, buscando impor algo pela força ou para proteger seus próprios interesses.

Para Carl Von Clausewitz (1780-1831), militar prussiano do século XIX, grande estrategista militar e tido como o principal teórico da guerra clássica moderna, a guerra era como um “[...]verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2010, apud JASPER e ROSA, 2016, p.17).

Antes de sua última atualização, que excluiu o conceito de guerra de suas definições, a DBFAB classificava a guerra como “fenômeno social que resulta da aplicação violenta do poder, com predominância da Expressão Militar do Poder Nacional” (BRASIL, 2012, p.16).

Tal manifestação demanda o envolvimento de todas as expressões do Poder Nacional contra o inimigo, justamente em função dos riscos envolvidos com relação a perda da soberania e o comprometimento da integridade do território e do patrimônio nacional, tendo motivações diversas, as quais configurariam ambientes de desastre, demandando preparo e ações eficazes e eficientes, uma vez que se configuram

---

<sup>2</sup> I'll tell you what war is about. You've got to kill people and when you kill enough of them, they stop fighting.

situações de perigo real, onde a possibilidade de morte está sempre presente (ROSA, 2014).

Guerras, no entanto, não são eventos estáticos, fáceis de serem classificados ou compreendidos. Clausewitz (2017) também a considerava como um camaleão, por modificar a sua natureza, adaptando-se a cada caso concreto em que se desenvolvia.

Por este motivo, e para fins deste trabalho, faz-se necessária a classificação em gerações, considerando-se suas características peculiares de reciclar velhas técnicas e, simultaneamente, evidenciar novas particularidades (MONTEIRO, 2017).

### 3.1.1 Gerações da Guerra

Monteiro (2017, p.2) define como marco para as guerras de 1ª geração, a assinatura do Tratado de Vestfália em 1648, quando as guerras passaram a ser monopólio do estado-nação, caracterizando-se por enfrentamentos de numerosos exércitos, dispostos em linha, com o objetivo de potencializar o seu poder de fogo. Seu expoente máximo seriam as Guerras Napoleônicas, mas também se podem citar exemplos como a Guerra dos Sete Anos ou a Guerra da Independência Americana.

As guerras de 2ª geração teriam seu início após a Guerra Civil Americana, com o desenvolvimento de técnicas de camuflagem e a utilização de trincheiras. Quanto ao armamento, destaca-se o desenvolvimento do carregamento pela culatra, a introdução do cano estriado e a chegada das metralhadoras. No tocante à tecnologia, houve a disseminação das comunicações por rádio. O principal conflito deste período foi a Primeira Guerra Mundial nos anos de 1914 a 1918.

As guerras de 3ª geração revelaram o triunfo da mobilidade sobre as forças estáticas entrincheiradas, ainda que dotadas de grande poder de fogo.

O grande impulso para esta nova geração da guerra foram as estratégias inovadoras concebidas pelo estado-maior alemão, que permitiram colmatar as restrições ao desenvolvimento e à posse de equipamento militar, resultantes do pós 1ª Grande Guerra. De qualquer maneira, esta nova geração de guerras também dependeu bastante de algumas inovações, como carros de combate e infantaria mecanizada, bem como, posteriormente, helicópteros e outros meios aéreos, que potenciavam a mobilidade e a velocidade das forças. (MONTEIRO, 2017, p.4).

O maior e mais emblemático conflito desta geração foi a Segunda guerra Mundial, mas conflitos como a Guerra dos Seis Dias e até mesmo a Guerra do Golfo também se enquadram nesta classificação.

Por fim, o conceito de guerra de 4ª geração foi introduzido por Willian Lind (1989), com um conjunto de militares americanos, em sua obra intitulada *The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*.

Para este autor, esta geração insere as mudanças mais radicais no conceito de guerra, quando o estado perde o monopólio da ação militar e o inimigo passa a ser difuso, composto por organizações, atores não estatais, guerrilheiros ou grupos insurgentes, que atuam principalmente em locais onde o estado perdeu o seu poder.

Por se tratar de um tema recente, existem poucas obras nacionais consagradas que versam sobre o tema, porém, destaca-se a obra de um oficial do Exército Brasileiro, Alessandro Visacro, que em seu livro *Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história* (2009), faz uma série de considerações a respeito da importância que se deve dar a conflitos desta natureza, os quais servirão de embasamento teórico para a definição de um dos conceitos abordados neste ensaio.

Visacro (2009) destaca que a guerra de 4ª geração é um tipo de conflito de baixa intensidade e assimétrico, com a predominância do terrorismo (e suas variantes) como a principal forma de atuação. São destacados elementos principais, alguns já abordados (como a perda do monopólio estatal) e outros novos, como a fragmentação das ameaças em um ambiente de incertezas e de configuração difusa.

Para Leal (2011, p.1), “as guerras não são as mesmas. Em vez do conflito militar formal, assiste-se a série de guerras irregulares: terrorismo, guerrilha, insurreição, movimentos de resistência, insurgência e conflitos assimétricos em geral”.

Guerra assimétrica é:

empreendida no interior de um Estado, por forças que se lhe opõem e que, sendo muito menores em efetivos e em meios militares, acabam normalmente por conseguir, a mais longo ou mais curto prazo, e por recurso a um conjunto de capacidades próprias – culturais e materiais ou circunstanciais – obter a vitória. (MENDES, 2003, apud VISACRO, 2009, p.35).

Além disso, percebe-se no cenário internacional distúrbios e ações que vem sendo promovidas durante esta pandemia mundial de Covid-19, que ocorrem por meio de incitações à violência, vandalismos e diversos atos que, apesar da insistência da imprensa oficial em não os classificar desta forma, são de fato atos de terror, que impõem à população a condição de reféns de movimentos autoritários e abusivos, que atentam contra a paz e a soberania nacional.

Diante deste novo cenário de ameaça, surge a importância de se analisar as capacidades de emprego da FAB tomando por base a sua doutrina básica, em especial algumas de suas Missões com foco neste tipo de conflito, para se verificar sua aplicabilidade ou se existe a necessidade de que seja revisada por completo, a fim de se tornar um documento mais moderno e robusto; ou seja, um verdadeiro guia.

### 3.2 Condicionantes do Conflito Irregular

A guerra deveria ser simples e individual. Cada homem deveria servir na linha de frente e ser autossuficiente lá [...] Na Guerra irregular, havendo dois homens juntos, um deles estava sendo desperdiçado.

T.E. Lawrence (Lawrence da Arábia)

Conhecidos os conceitos principais que caracterizam um conflito de 4ª Geração (Irregular ou Assimétrico), é importante que possamos identificar quais as características em comum que favorecem a ocorrência de movimentos que podem vir a se configurar uma ameaça, desencadeando ações que levem ao início de um conflito interno.

Visacro (2009) destaca que os aspectos puramente militares são os de menor importância para o desenvolvimento deste tipo de luta, que são rigidamente moldados pelo ambiente político e psicossocial em que estão imersos, sofrendo influências de ordem histórica, cultural, econômica e psicológica.

É interessante observar que campanhas irregulares, de sucesso ou não, somente podem ser entendidas a partir da análise das culturas locais, do momento histórico e do ambiente político e social nas quais se desenvolvem.

Dentro desta perspectiva, Visacro (2009) desenvolve em sua teoria uma série de fatores condicionantes que podem contribuir para o surgimento de movimentos insurgentes ou a um cenário favorável à ocorrência de um conflito irregular.

Tais condições seriam: contraste social, aquisição de um referencial crítico, incremento demográfico superior à capacidade de ingerência do Estado, conquistas sociais incompletas, imobilidade social, preservação de deformidades na estrutura social, violência cultural institucionalizada, ausência do estado, inexistência de sólida tradição institucional, experiência militar positiva, existência de interesses externos antagônicos, aspirações nacionalistas, conflitos étnicos e religiosos, fatores de ordem ideológica, atuação de inteligência nativa e falência do regime político vigente.

Além desses fatores, a estagnação econômica, crises financeiras, descontrole de gastos públicos, corrupção, ineficiência administrativa, crise de legitimidade do poder político, liderança desacreditada, despreparo e truculência dos órgãos de segurança do estado são fortes catalisadores de um quadro generalizado de crise interna. Tais condições fomentam uma irreversível tendência ao desenvolvimento de movimentos insurgentes ou revolucionários, podendo culminar com a formação de grupos guerrilheiros que atentem contra o poder estatal.

Ao observarmos a teoria proposta por Visacro a respeito dos fatores condicionantes que favorecem a formação de núcleos insurgentes, percebemos quase todos dentro de nosso próprio território, principalmente em comunidades menos favorecidas das principais cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Ainda que fatores como a experiência militar positiva, a existência de interesses externos antagônicos e aspirações nacionalistas não se verifiquem por parte desses movimentos, é conhecido que o desenvolvimento de ações ostensivas do crime organizado, associado a uma deterioração da capacidade responsiva do estado, acarretam uma crise sem precedentes de segurança pública nacional, culminando com o surgimento de verdadeiras agremiações do crime.

Desenvolvendo-se sem um combate efetivo há anos, grupos criminosos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) podem facilmente desencadear as ações iniciais necessárias para a formação de grupos guerrilheiros que atuarão fortemente contra a unidade nacional.

Da mesma forma, movimentos intitulados como sociais, mas que se caracterizam por seu *modus operandi* de desrespeito a Constituição Federal, tais como o MST ou o MTST, ainda recebem apoio de partidos políticos com grande representatividade no cenário político e já concentram bases descentralizadas de apoio, com força de mobilização em todo território nacional, porém não são encarados como ameaças à soberania nacional por autoridades ou pelos próprios militares.

Além do exposto, é importante ressaltar que o contexto histórico e social da América Latina sempre será uma eterna fonte de inspiração e preocupação para as mentes militares mais aguçadas. Para não se aprofundar demasiadamente no assunto, que não é o foco deste trabalho, podemos citar a atual situação de dois países vizinhos:

- a) Argentina – a atual situação pela qual passa o país, mergulhado em uma crise sem precedentes, aprofundada pela resposta do governo central à

pandemia do vírus SARS-COV-2 (COVID-19), contém praticamente todos os fatores contribuintes evidenciados por Visacro para o desencadeamento de um conflito irregular. Este cenário pode favorecer que grupos guerrilheiros fronteiriços, motivados pela leniência do poder central argentino, associem-se a organizações criminosas brasileiras, com o objetivo de gerar uma instabilidade ao governo; e

- b) Colômbia – não obstante sofrer há décadas com o mais conhecido conflito interno da América Latina, fruto da formação de um exército irregular de guerrilheiros com viés político de esquerda, com destaque para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), atuando contra grupos paramilitares de viés de direita (Autodefesa Unidas da Colômbia), em conjunto com as suas Forças Armadas regulares, ainda passa por uma série de protestos civis em três áreas diferentes: social, econômica e política.

Portanto, a preocupação com o surgimento de um conflito interno, motivado ou não por influências externas, que desejem se aproveitar da instabilidade política que retoma seu papel de protagonista em nosso continente, evidencia uma preocupação que deve ser constante em nossos militares: a de que estamos sujeitos a conflagração eminente de um conflito, com características irregulares, os quais obrigam a um preparo eficiente de todo nosso sistema de segurança interna e externa.

### **3.3 Importância do Poder Aeroespacial em Conflitos Irregulares**

O desenvolvimento do poder aéreo em seu sentido mais amplo [...] é o primeiro elemento essencial para nossa sobrevivência na guerra <sup>3</sup>.

Marechal Hugh Trenchard – 1º Comandante da RAF

O Poder Aeroespacial pode ser traduzido como a capacidade de se fazer algo no ar ou pelo ar. Ele não se reveste de importância apenas pelo seu caráter militar, mas por ser amplo, abrangendo todas as capacidades de uma nação, sejam elas operações militares, comerciais ou humanitárias e incluindo, da mesma maneira, todos os meios disponíveis, desde helicópteros de forças policiais, drones domésticos,

---

<sup>3</sup> The development of air power in its broadest sense, [...], is the first essential to our survival in war.

UAV (*Unmanned Aerial Vehicles*), aeronaves civis de pequeno porte ou poderosos aviões militares.

É muito importante se destacar que as operações aéreas em combates irregulares têm recebido pouca atenção, porque dificilmente lhes é dada a oportunidade de utilizar um ataque aéreo devastador, capaz de atuar com papel decisivo, pois seus efeitos colaterais dentro do próprio território seriam inaceitáveis.

Não obstante, para o esforço militar, o Poder Aeroespacial desempenha um papel importante e, muitas vezes, fundamental no desenrolar de conflitos irregulares (CORUM e JOHNSON, 2003).

Ele é tão significativo que “mesmo os exércitos, as marinhas, as guardas nacionais e os fuzileiros navais sustentam sua importância quando incorporam significativos contingentes de aeronaves em suas estruturas de combate”. (ROSA, 2014, p.27).

A utilização do termo Poder Aeroespacial torna-se mais adequado pois abrange todas as possibilidades de utilização do espectro do ar, capitaneados, no caso do Brasil, pela Força Aérea Brasileira, cuja missão é manter a soberania do espaço aéreo nacional, com vistas a defesa da pátria.

No entanto, a aplicação letal do Poder Aeroespacial, por meio da ação direta de ataques ao solo e bombardeios de grande intensidade, tem um papel pouco importante em conflitos irregulares, porque normalmente se atua contra um inimigo voltado para ações de terror ou de pequenas ações contra as forças governamentais e suas infraestruturas.

Por isso é importante ressaltar que o “Poder Aeroespacial pode fornecer o suporte de fogo, transporte, reconhecimento e a constante presença em voo, sendo estas as capacidades mais importantes em uma luta contra forças irregulares” (HAYWARD, 2009, p.220).

A ideia de que o Poder Aeroespacial somente possui valor para solução de conflitos convencionais, resultado do conhecido “Efeito CNN”, mascara o papel fundamental obtido em operações aéreas em teatros de guerra irregular, como os encontrados nos conflitos da Grécia contra as guerrilhas comunistas, ou contra a rebelião dos HUK (*Hukbalahap*) nas Filipinas.

Da mesma forma, o suporte recebido dos EUA, na forma de treinamento de pessoal e fornecimento de equipamentos para uso de suas Forças Aéreas, contribuiu

para que países como a Guatemala e El Salvador, fossem capazes de debelar suas guerras civis, denotando ainda mais a sua importância.

Nos dias atuais, o desenvolvimento de aeronaves não tripuladas de combate (UCAV) e outros modelos adaptados do meio civil para uso em missões de cunho militar, permitem a realização de missões de elevado risco, sem que ocorra a exposição da vida de pilotos e soldados, como a que resultou na morte do General Qasem Soleimani, no Irã.

Enfim, seja para o reconhecimento ou para o levantamento de informações de inteligência; para vigilância contra manifestações ou monitoramento de áreas de risco; ou no próprio emprego militar em combate direto, o bom aproveitamento do Poder Aeroespacial torna-se não só importante, mas vital para o sucesso de qualquer missão contra o inimigo irregular.

### **3.4 Emprego Poder Aeroespacial em conflitos irregulares**

O poder de uma Força Aérea é excelente quando não há nada que se oponha a ela. Winston Churchill

O emprego do Poder Aeroespacial em conflitos irregulares, sempre poderá esbarrar no limite da legalidade de seu uso, posto que os efeitos colaterais de sua utilização indevida podem ser extremamente elevados, a ponto de não serem aceitáveis perante a comunidade internacional.

Ataques como os ocorridos na Segunda Guerra Mundial, culminando com o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão, resultando na morte de centenas de milhares de civis não combatentes, são impensáveis nos dias de hoje e gerariam oposição extrema de órgãos internacionais e de proteção de direitos humanos.

Mesmo ataques controlados e precisos, com a utilização de meios modernos de elevado grau tecnológico, podem despertar reações passionais imprevisíveis, que colocam em risco o apoio internacional a ações legítimas contra um inimigo irregular.

Um exemplo desta situação pode ser observado na atuação das Forças de Defesa de Israel (IDF), notadamente de sua Força Aérea, contra insurgentes de grupos como o Hammas, que resultam na perda de vidas civis (não combatentes), levando a uma deslegitimação das ações de Israel neste conflito.

Ainda assim, o emprego do Poder Aeroespacial em conflitos irregulares pode ser realizado com elevado nível de sucesso, desde que observadas algumas regras para o seu emprego. Por isso, alguns teóricos se debruçaram nos estudos relativos ao sucesso, ou às causas do insucesso, de operações aéreas em conflitos irregulares, tendo se destacado neste assunto James S. Corum e Wray R. Johnson.

Em seu trabalho *Airpower in Small Wars – Fighting Insurgents and Terrorists* (2003), os autores listam uma série de lições aprendidas que devem ser observadas para se obter o sucesso do emprego aéreo em missões de combate contra forças irregulares, insurgentes ou terroristas.

Dentre o total de onze lições apresentadas na citada obra, serão abordadas somente aquelas que melhor se apresentam para utilização em um cenário propício às forças nacionais, mas que definem bem não somente sua importância, como também a forma de se empregar o Poder Aeroespacial.

#### 3.4.1 Uma estratégia compreensiva é essencial

O estado ou a coalisão deve começar com a definição de uma estratégia clara e abrangente, uma vez que os aspectos políticos e econômicos são comumente mais importantes que os aspectos militares do conflito irregular. O emprego pesado do poder militar não é um fim em si mesmo, pois pode ser contraprodutivo no decorrer do tempo e despertar uma revolta do povo contra o governo.

O insucesso de campanhas militares em conflitos irregulares está relacionado à incapacidade de se pensar de forma integrada, com a participação não somente de agentes militares, mas também de agências governamentais de segurança interna e de promoção de bem estar social.

#### 3.4.2 O papel do suporte ao combate

Em conflitos de baixa intensidade, o uso do Poder Aéreo em funções de suporte ao combate oferece os melhores resultados, como comprovado durante o conflito na Malásia, quando a Real Força Aérea do Reino Unido (RAF) infiltrou membros de suas forças especiais na floresta, conseguindo manter sua linha de suprimento e impedindo o avanço de insurgentes comunistas; e na Colômbia, com o uso da aeronave UH-60

*Black Hawk* para o transporte de soldados e para o ressuprimento das Forças Armadas na luta contra as FARC.

Ainda é importante destacar o papel exercido por aeronaves não tripuladas em voos de vigilância por várias horas seguidas, como fator decisivo para o início de uma operação bem sucedida em terra.

### 3.4.3 Bombardear civis é ineficiente e contraproducente

Campanhas aéreas contra alvos que se escondem no meio, ou muito próximo, de centros populacionais, costumam ser pouco eficientes e seu elevado dano colateral colabora para a retirada de apoio internacional, bem como para o início de uma campanha negativa por parte da imprensa.

A técnica da punição contra civis que apoiam os insurgentes deve ser evitada ao máximo, por haver se mostrado ineficiente para o esforço de guerra ao longo da história. Mesmo a utilização de armamentos inteligentes de elevada precisão, ainda que consigam atingir apenas o alvo pretendido, provoca impactos nas populações civis e aumenta a simpatia pelos insurgentes, como observado nos conflitos israelenses da atualidade.

Mesmo sendo considerada uma arma eficiente, a ação direta do Poder Aeroespacial em teatros irregulares pode provocar a repulsa imediata em vários níveis da sociedade; e o preço político a ser pago será sempre elevado.

Assim sendo, sempre que o uso do Poder Aeroespacial for considerado para ações contra insurgentes e guerrilheiros, os impactos civis devem ser analisados antes do início da ação, uma vez que os efeitos políticos de longo prazo podem levar a uma desestabilização do governo. Nestes casos, é altamente recomendável a opção pelo uso de armamentos inteligentes e de precisão, para minimizar os danos colaterais do ataque.

### 3.4.4 Emprego de equipamento de alta tecnologia

Conflitos recentes têm demonstrado a importância que deve ser dispensada para a utilização de equipamentos de alta tecnologia e armamentos modernos nos combates irregulares. O sucesso no uso de aeronaves remotamente pilotadas em combate comprova esta afirmação.

Reconhecimento por meio de satélites, bombardeio de precisão guiado por GPS, comunicação de ponta e iluminadores de precisão, quando utilizados por tropas terrestres treinadas e bem equipadas no terreno, favorecem uma ação devastadora e eficaz contra insurgentes e seus principais meios.

Mesmo investimentos modestos em equipamentos de navegação, melhorias de enlace de dados, comunicação segura, melhores aviônicos e o uso de óculos de visão noturna, associados ao emprego de modelos mais simples de aeronaves remotamente pilotadas, podem aumentar dramaticamente a eficiência de Forças Aéreas de países subdesenvolvidos ou com poucos recursos.

#### 3.4.5 Operações conjuntas são essenciais

Operações conjuntas e entre forças de segurança são essenciais para o sucesso do combate a insurgentes num conflito irregular. O Poder Aéreo é muito mais eficiente quando cuidadosamente utilizado em coordenação com forças de superfície. Forças policiais, agências de inteligência e grupos de ações táticas civis ou militares são uma parte ainda mais importante das ações em combates irregulares, do que meras alianças entre as FA de um país.

A ideia de que o Poder Aeroespacial pode agir sozinho nestes tipos de conflitos é refutada por diversos pensadores. Lições históricas aprendidas ensinam que a melhor aproximação para o combate a insurgentes é uma ação conjunta interagências, com o suporte das FA do país. O combate a insurgentes demonstra um grau de complexidade maior do que o do combate convencional, para o qual as FA encontram-se melhor preparadas.

#### 3.4.6 O uso da inteligência é fundamental

Um requerimento crítico para o sucesso contra o combatente irregular é o uso intenso da inteligência operacional em combate. Ela requer uma interação de agências militares e civis e uma análise conjunta dos dados obtidos, para um processamento rápido e imediato, como forma de se obter a vantagem tática na identificação dos pontos focais do inimigo, suas forças políticas e seus principais colaboradores que devem ser neutralizados.

Nestes casos, o uso de agentes infiltrados ainda é a melhor maneira de se obter informações confiáveis e importantes, além de serem opções mais baratas que a utilização de vetores satelitais ou outros meios mais tecnológicos; no entanto, essa ação demanda tempo e preparo.

#### 3.4.7 Flexibilidade e iniciativa como vantagens

O Poder Aeroespacial restabelece a flexibilidade e a iniciativa como fatores de vantagem para as forças governamentais atuando em combates irregulares. Sem o seu uso intensivo, as ações são praticamente uma reação a ataques sofridos e perseguições muitas vezes improdutivas.

Aeronaves de reconhecimento, especialmente as remotamente pilotadas com elevada autonomia e tempo de ação em combate, aumentaram consideravelmente a capacidade das forças regulares em combates irregulares. Tais capacidades permitem que as forças legais assumam o protagonismo e se antecipem às ações, assegurando a vantagem sobre o inimigo.

## 4 ANÁLISE

Uma vez compreendidos os conceitos básicos e fundamentais a respeito do tema, fica evidenciado que os estados devem dedicar maior esforço para o treinamento de suas FA visando a atuação em conflitos irregulares.

A experiência histórica traz exemplos de lições a serem seguidas, como forma de assegurar uma vitória contra insurgentes, derrubando seu apoio popular e mantendo a legitimidade dos governos estatais atuando nestes conflitos.

Portanto, para se responder ao primeiro Objetivo Específico (OE1) deste trabalho, cabe analisar a DBFAB com relação ao seu tipo e classificação, apontando os avanços obtidos na sua mais recente atualização no tocante ao preparo para o emprego em condições irregulares, como forma de demonstrar a necessidade de uma base teórica abrangente e capaz de orientar as ações da FAB contra tais ameaças.

#### 4.1 A Doutrina Básica da FAB

A primeira versão da DBFAB surgiu em 1958, trazendo o conceito do termo Poder Aéreo, que abrangia elementos essenciais tais como a Força Aérea, a aviação civil, a infraestrutura aeroportuária, a indústria aeronáutica e os institutos de pesquisa. Desde então, a doutrina passou por várias revisões, que incorporaram o conceito de Poder Aeroespacial que perdura até os dias de hoje, em sua 7ª e mais recente edição.

Ao longo dos anos, observa-se uma lacuna muito grande de tempo entre suas atualizações, tendo a primeira edição vigorado por 17 anos até 1975. A segunda edição vigorou por adicionais 15 anos e foi a partir da terceira edição que se chegou a uma média de 7 anos entre cada atualização, ainda assim, um período de tempo excessivo para um documento que deve ser dinâmico e suscetível de constante evolução (ROSA, 2014).

Com o objetivo de se adequar à realidade da Força, mantendo-se compatível com a Concepção Estratégica Força Aérea 100, a Doutrina foi dividida em dois volumes, ficando o primeiro focado nos aspectos históricos, conceituais e acadêmicos da Doutrina Aeroespacial e o segundo com o foco nas Tarefas e Ações de Força Aérea.

Esta evolução por meio da divisão em volumes tem sido prática comum em outros países, permitindo que doutrinas referentes ao emprego conjunto ou multinacionais sejam desenvolvidas de forma separada e com maior nível de profundidade, fazendo com que as ações táticas e operacionais possam se desenvolver e refletir as lições históricas aprendidas.

De acordo com o *LeMay Center for Doctrine, Development and Education*, principal organização responsável pelo desenvolvimento doutrinário da Força Aérea dos Estados Unidos (USAF), o papel da doutrina deve ser o de fornecer as bases históricas mais conhecidas, as melhores práticas e as lições aprendidas. Assim, pode-se assegurar uma pronta resposta aos desafios militares do presente, deixando os comandantes e planejadores livres para pensar a respeito das estratégias e objetivos nos níveis operacionais e táticos (USA, 2020).

Para tanto, a doutrina é classificada em três níveis: básica, operacional e tática. E quanto ao seu tipo, pode ser uma doutrina de força, conjunta ou multinacional (USA, 2020, p. 9).

No tocante a essa classificação, ainda que seu nome a defina como Básica, a DBFAB possui elementos que permitem colocá-la nos 3 níveis, considerando que ela direciona as aplicações do Poder Aeroespacial, aborda seus fundamentos e mergulha nas capacidades, Tarefas e Ações da Força Aérea, nível mais básico e tático possível (ainda que somente de forma descritiva).

Quanto ao seu tipo, deve ser encarada como uma doutrina de força, pois seu foco se mantém na própria Força Aérea, apenas abordando conceitos de operação conjunta ou multinacional, sem se aprofundar nos mesmos.

Com a recente divisão por volumes, como já fora adotado pela USAF, pela RAF e pelas IDF, coube ao volume II da DBFAB o foco no viés operacional. É neste volume que deverão ser observados os avanços relativos ao emprego em condições de combate irregular, consideradas as lições demonstradas por Corum e Johnson (2003) ao longo deste trabalho.

Ao observarmos o citado volume, percebemos que o mesmo inicia com algumas disposições preliminares, abordando conceituações dentre as quais se destacam as referentes às Ações de Força Aérea e as Tarefas da FAB.

Sobre as Ações, referem-se ao emprego no nível tático dos meios aeroespaciais para causar efeitos desejados em uma campanha militar, podendo envolver ações letais ou não letais, assim como ações especializadas para suportar e complementar a capacidade operacional da Força Aérea.

Quanto às Tarefas, são definidas as funções operacionais exercidas pela FAB, suas possibilidades de emprego e os propósitos mais amplos da participação do Poder Aeroespacial em uma operação militar (BRASIL, 2020).

Considerando-se que “a contribuição primária do Poder Aeroespacial para o esforço militar em um contexto irregular, reside na realização de missões no papel de suporte, reconhecimento e transporte de tropas e suprimentos” (CORUM e JOHNSON, 2003, p. 496) temos dentre as sete tarefas abordadas pela DBFAB, os seguintes destaques em relação ao conflito irregular:

- a) Interdição – objetivo de destruir ou neutralizar as fontes de poder do inimigo;
- b) Inteligência, Vigilância e Reconhecimento – objetivo de prover consciência situacional sobre o ambiente;
- c) Sustentação ao Combate – proporcionar a permanência da atuação da Força Aérea, aumentar seu poder de combate e apoiar as forças amigas desdobradas na área do conflito (operações conjuntas);

- d) Proteção da Força – garantir a segurança do pessoal, do material, das instalações, das informações e das comunicações em apoio ao emprego; e
- e) Apoio às ações de Estado – contribuir para o desenvolvimento nacional e as atividades de cunho governamental em assuntos de natureza militar (operações de Garantia da Lei e da Ordem).

É possível observar que a maior parte das tarefas tem relação direta com as atividades necessárias e imprescindíveis em teatros de operações com características irregulares; no entanto, a DBFAB não aborda tais operações como sendo o foco principal de sua atenção. Ela somente discorre sobre cada tipo, seus componentes principais e sub divisões internas, para facilitar a compreensão da tarefa em si, sem mencionar em nenhum momento sua aplicação ou utilidade em um conflito de características irregulares.

No tocante às Ações de Força Aérea, que após serem atribuídas a um comandante de aeronave ou a uma formação de aeronaves passam a ser classificadas como Missões de Força Aérea, foram definidos 55 tipos totais diferentes, que abrangem uma vasta gama de opções de uso em diversos tipos de cenários, sejam eles irregulares ou regulares. Dentre as principais e mais específicas para uso, podem-se destacar a ação direta, apoio aéreo aproximado, assalto aeroterrestre, CSAR, contraterrorismo, defesa cibernética, evacuação aeromédica, infiltração e exfiltração aérea, inteligência, logística, operações psicológicas, polícia da aeronáutica, reconhecimento, ressuprimento, segurança e transporte aéreo (logístico ou especial).

Assim como nas Tarefas, a única Ação que aborda diretamente a questão do enfrentamento de situações de conflitos irregulares é a Ação de Contraterrorismo, deixando todas as demais abertas a tal possibilidade, mas sem se ater especificamente a este tipo de atuação da Força Aérea. Também não existe um guia de ação ou um roteiro a ser seguido, apenas é mencionado o que é cada tipo, sem especificar o que deve ser feito, ou seja, uma visão superficial.

Um fato contraditório é que a própria doutrina menciona que as “definições mais aprofundadas e detalhadas serão apresentadas nos respectivos Manuais das Ações” (BRASIL, 2020, p.27), evidenciando suas próprias lacunas doutrinárias, permitindo e estimulando que na ausência de orientação doutrinária formal, ocorra o seu preenchimento por uma ‘doutrina informal’, complementada por um punhado de

doutrina formal (manuais) à medida que a lacuna se torna cada vez maior e nunca é resolvida (REESE III, 1996).

Desta forma, é possível se responder ao primeiro Objetivo Específico (OE1), ao se verificar que apesar dos avanços doutrinários trazidos pela atualização mais recente da DBFAB em 2020, a mesma ainda carece de uma complementação por meio de manuais específicos no que se refere a sua atuação, emprego e capacidades. Principalmente porque não menciona em nenhum momento sua capacidade de preparo para o esforço de guerra em cenários irregulares, deixando claro que não houve qualquer avanço neste sentido.

Ainda que isto não seja um fato desabonador de suas qualidades, faz-se necessária que tal abordagem seja incluída em futuras atualizações, visto que os conflitos irregulares dominarão, pelo menos pelas próximas décadas, os prováveis cenários internacionais, em contraposição ao conflito militar tradicional, que tende a perder espaço nos dias de hoje.

#### **4.2 A Doutrina da Força Aérea dos EUA**

Considerando as limitações impostas a este trabalho, optou-se por analisar apenas a forma como é abordada a questão de produção de doutrinas por parte da USAF.

Tal escolha se deve pela notória experiência dos EUA atuando em conflitos tradicionais ou irregulares, desde a 2ª Guerra Mundial até os conflitos do Golfo Pérsico, passando também pelas guerras do Iraque e do Afeganistão. Ainda se destaca por uma ação decisiva em apoio a países subdesenvolvidos em seus combates internos contra forças insurgentes, como verificado no apoio a El Salvador, à Colômbia, à Malásia e a vários outros.

Mesmo com toda esta experiência, a Força Aérea dos EUA ainda sofreu por muitos anos com a falta de uma atualização mais específica de seu manual de doutrina, apesar da importância dada ao assunto, ressaltada pelo pensamento do famoso General Curtis E. LeMay, que afirmava ser a doutrina o coração da guerra.

Reese III (1996) destaca que entre os anos de 1969 e 1996, o manual de doutrina operacional da USAF não sofreu nenhuma atualização, enquanto sua doutrina básica foi atualizada cinco vezes no mesmo período. O sucesso estrondoso da operação Tempestade no Deserto, em 1991, maquiou a “dificuldade em se levantar

as lições aprendidas no planejamento e execução da campanha aérea”<sup>4</sup>(REESE III, 1996, p.2, tradução nossa).

No entanto, a necessidade de prover seus homens com lições históricas e comprovadas de sucesso, obtidas por meio da prática, fez com que a USAF ampliasse consideravelmente seu leque de publicações de doutrina, separando-as por classes, onde se destacam as doutrinas básicas, que possuem uma visão global e abrangente de todos os assuntos; as doutrinas operacionais da própria força; outras doutrinas operacionais que versam sobre operações conjuntas; e doutrinas de emprego tático.

Observa-se que a doutrina que interessa a este estudo refere-se tão somente a uma pequena parte do extenso número de doutrinas que norteiam o emprego da USAF, a *Air Force Doctrine Publication 3-2 - Irregular Warfare (AFDP 3-2)*.

Uma leitura da AFDP 3-2 destaca que a mesma trata de “apresentar os princípios fundamentais da guerra Irregular e suas atividades centrais no contexto dos desafios à segurança nacional dos EUA [...] para definir e destacar o papel das Forças Aérea e Espacial em consideração ao desenvolvimento de estratégias, planos e avaliações relativas ao seu emprego”<sup>5</sup> (USA, 2019, p.1, tradução nossa).

As capacidades do Poder Aeroespacial relativas à sua velocidade, alcance e flexibilidade têm um papel fundamental em apoiar os estados a manterem a sua legitimidade e sua influência sobre suas populações, quando expostas a conflitos irregulares, pois permitem uma rápida resposta contra qualquer tipo de ação dos insurgentes.

Tais capacidades asseguram que os governos sejam capazes de prover o apoio às populações subjugadas por meio do envio de alívio humanitário, entregando bens e serviços; provendo a segurança das forças de apoio; negando o acesso a áreas remotas do país; patrulhando fronteiras e apoiando os esforços para contenção de sua invasão; detendo e destruindo a ameaça de uma agressão externa; impedindo forças hostis de se movimentarem abertamente sem temer que sejam detectadas ou atacadas; fortalecendo, enfim, a segurança nacional.

A partir destas definições, o documento passa a abordar os desafios únicos que um conflito irregular oferece, para definir os rumos na condução das operações e ditar

---

<sup>4</sup> [...]despite the hard-earned lessons learned from DESERT STORM air campaign planning and execution.

<sup>5</sup> [...] presents fundamental IW principles and core IW activities in the context of challenges to US national security. This AFDP defines IW and highlights the role of Air and Space Force forces [...] when developing IW-related strategy, plans, assessment [...] to support IW operations.

como elas devem ser dirigidas, se por meio de uma coalisção de forças, ações diretas ou indiretas.

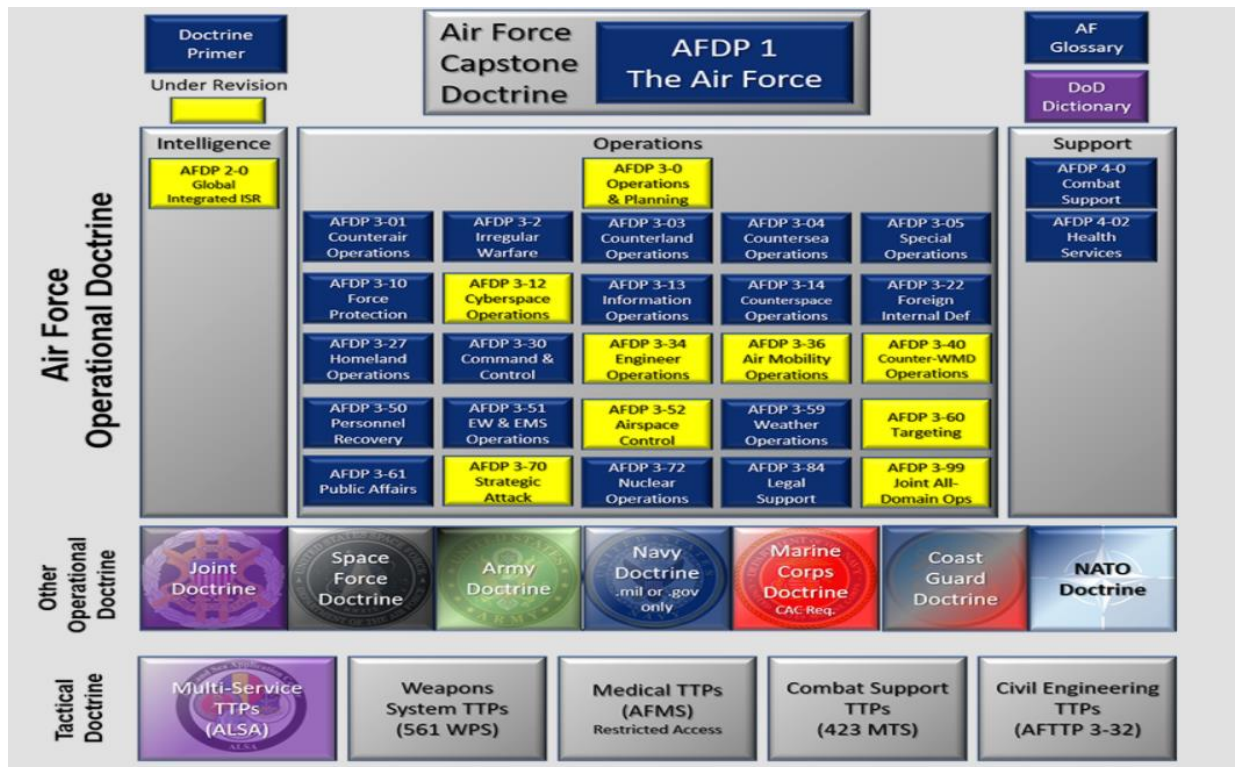


Figura 1 – Doutrinas da Força Aérea dos Estados Unidos da América

Para que seja possível definir tais rumos, cabe destacar a importância de se classificar o tipo de conflito irregular que se enfrenta, dentre ações de contraterrorismo, contra-insurgência, defesa de ameaças internas estrangeiras, operações de estabilidade ou guerra não convencional.

Considerações sobre estratégia, planejamento e avaliações a respeito do tema da guerra irregular são abordados de uma forma holística, demonstrando a preocupação que os planejadores devem ter para se atingir os efeitos desejados que o Poder Aeroespacial pode garantir, levando-se em consideração até mesmo aspectos relativos à heterogeneidade das populações envolvidas no conflito.

São abordados, ainda, o papel global dos governos, as políticas de longo prazo para estabilidade das regiões afetadas, o processo de planejamento das ações, as relações de comando e controle para garantir a segurança das operações, as capacidades operacionais e a avaliação dos efeitos das ações conjuntas entre forças militares e agências civis no controle dos distúrbios.

Para cada um dos pontos expostos acima existe uma subseção dedicada a destrinchar, passo a passo, as atividades e suas formas de execução, sendo dado foco na importância dos processos de inteligência, vigilância e reconhecimento. Tais atividades, pela dinâmica como se apresentam, requerem uma força dedicada e com elevado poder de adaptação.

Todos estes aspectos são comprovados com exemplos reais de ação em combate das Forças Armadas dos EUA, demonstrando sua validade histórica e sua aplicabilidade aos meios atualmente existentes, alinhado com a DBFAB, quando cita que a “formulação doutrinária é fundamentada principalmente na experiência e deve refletir as melhores práticas até então conhecidas e aprovadas.” (BRASIL, 2020, p.7).

Ainda que os avanços obtidos com a última atualização da DBFAB, como a divisão por volumes e a sedimentação de conhecimentos passados, configurem uma evolução positiva da doutrina, fica claro que não houve uma melhoria no tocante à percepção da importância que deve ser dada ao combate irregular.

Assim, podemos responder ao segundo Objetivo Específico (OE2) deste estudo, concluindo que apesar da adoção de algumas práticas doutrinárias semelhantes às utilizadas por países mais acostumados ao combate irregular, ainda é modesta a capacidade da DBFAB em orientar o emprego para a ação em cenários irregulares quando comparada a países como os EUA.

Tendo-se respondido os objetivos específicos deste trabalho, após as devidas conceituações e demonstrações teóricas, podemos afirmar que a Doutrina Básica da FAB não é adequada ao preparo para emprego em cenários de conflito irregular, o que responde o objetivo geral desta pesquisa.

Resta comprovada a hipótese levantada no início deste trabalho, de que as atualizações mais recentes da DBFAB não incorporaram meios ou ações específicas que indiquem uma mudança em seu paradigma para atuação em ambientes de conflitos irregulares, o que permite concluir que, **doutrinariamente**, a FAB não se encontra preparada para cumprir suas ações nestes cenários.

Tal fato não significa, sobremaneira, que a FAB não seja capaz de atuar em resposta a tais ameaças, uma vez que esta lacuna doutrinária vem sendo preenchida com o uso de manuais setoriais, sugeridos pela própria Doutrina, como forma de se atenuar este problema encontrado, mas que deve ser fruto de ações futuras.

Os resultados encontrados por este estudo poderão ser aproveitados para se propor uma série de ações, que visem dar continuidade ao processo de diversificação

e aprimoramento dos conceitos doutrinários que norteiam o emprego da Força Aérea Brasileira.

Deve-se, também, buscar a incorporação das melhores práticas adotadas por outras Forças Aéreas, como destacado neste estudo, notadamente a dos Estados Unidos. Podem, ainda, serem aproveitados os exemplos elencados como forma de se iniciar um processo gradual, e definitivo, de criação e atualização permanente de um corpo de doutrinas mais abrangentes, que sejam verdadeiramente capazes de orientar o emprego para a ação contra todo tipo de ameaças, sejam elas irregulares ou não, como prevê a DBFAB.

## **5 CONCLUSÃO**

A presente pesquisa se propôs a verificar a adequabilidade da Doutrina Básica da FAB, como guia para emprego de seus meios em cenários de conflito irregular, visando responder ao problema observado.

Após a definição de dois objetivos específicos necessários para que se atingisse o objetivo principal do trabalho, identificou-se a necessidade de se clarificar quatro conceitos iniciais, para elevar o nível do conhecimento do leitor e permitir a sua melhor compreensão do texto.

Desta forma, por meio de uma pesquisa exploratória, foi feita uma revisão bibliográfica de autores renomados, o que permitiu explicar o primeiro conceito a respeito da evolução dos tipos de conflitos e guerras desde sua primeira geração, iniciada com o Tratado de Vestfália, até os dias atuais, em que predominam os conflitos irregulares, dominados por ações de terror e de lutas contra insurgentes.

Conhecidas as gerações da guerra e suas classificações, evidenciou-se por meio das teorias de Visacro (2009) as condicionantes que podem favorecer a ocorrência de um conflito irregular no território nacional, deixando claro a importância de estar preparado para ações contra este tipo de ameaça.

Em seguida, foi demonstrado por meio de exemplos de conflitos e ações realizadas em cenários irregulares, ocorridos ao longo das últimas décadas em diversos países, a importância da utilização do Poder Aeroespacial como forma de suporte ao combate contra o inimigo irregular, denotando sua necessidade de preparo para o emprego.

Para uma melhor ambientação do leitor, foi utilizada a experiência descrita por Corum e Johnson (2003) em sua obra, destacando-se sete das onze lições defendidas pelos autores, como as melhoras práticas pra emprego do Poder Aeroespacial em conflitos irregulares.

Após esta ambientação, passou-se para a análise propriamente dita da DBFAB, quando se evidenciou que mesmo com as evoluções sofridas em sua última atualização, a Doutrina Básica da FAB ainda não possui elementos que permitam assegurar um treinamento ou mesmo uma visão voltada para o enfrentamento deste tipo irregular de combate.

Por último, foi analisada a doutrina empregada pela Força Aérea dos EUA, o que permitiu demonstrar a grande defasagem em que a DBFAB se encontra com relação as doutrinas daquele país, seja pela quantidade de material existente, que se divide entre os vários tipos de operações possíveis, seja pela qualidade e profundidade encontrada nos materiais utilizados pela USAF.

Diante de todos os esses dados, foi corroborada a hipótese apresentada no início do trabalho de que, apesar dos avanços obtidos com a atualização mais recente da DBFAB, ainda não é possível se afirmar que a Força Aérea Brasileira se encontre preparada **doutrinariamente** para o emprego contra ameaças típicas de um conflito irregular.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **DCA 1-1: Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 94/GC3, de 27 de janeiro de 2016. Aprova a edição da Concepção Estratégica - Força Aérea 100. **DCA 11-45 Concepção Estratégica - Força Aérea 100**. Brasília, DF, jan. 2016.
- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.224/GC3, de 10 de novembro de 2020. Aprova a reedição da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira. **DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. Brasília, DF, nov. 2020.
- CAVALCANTI, Rubens Brito. **A importância do estudo da guerra irregular para o cadete de infantaria da Aeronáutica**. Pirassununga, SP: 2017.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. WWF Martins Fontes, 2017.
- CORUM, James S.; JOHNSON, Wray R. **Airpower in Small Wars**. Fighting Insurgents and Terrorists. Kansas: University Press of Kansas: 2003
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GONÇALVES, Breno Diogenes. **As guerras do terceiro tipo e o emprego da FAB**. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, 2006. Monografia.
- GUERRA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/guerra/>>. Acesso em: 16/07/2021
- HAYWARD, Joel (ed.). **Air Power, Insurgency and the “War on Terror”**. Royal Air Force Centre for Air Power Studies. Royal Air Force Centre. Cramwell: United Kingdom, 2009
- JASPER, F. N. H.; ROSA, C. E. V. Operação Pointblank: estratégia aérea com base em funções do poder aéreo. **Revista da UNIFA**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 16-25, 2016.
- LEAL, Fernando D’Eça. **A Guerra Irregular: A Conspiração do Silêncio no século XXI**. Revista Militar N.º 2515/2516, Lisboa – Portugal, p. 1113-1148, 2011.
- MONTEIRO, Luís Nuno Cunha Sardinha. **Guerras de 4ª Geração**. Revista Militar N.º 2591, Lisboa – Portugal, p. 1001-1014, 2017.
- NUNES, Diego Alves; SILVA, Cláudio da Costa. **Análise da doutrina básica da Força Aérea Brasileira à luz da doutrina da Força Aérea Americana**. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, 2017. Monografia.
- PLAVETZ, Ivan. **FORÇA AÉREA 100: O futuro da FAB**. Revista Tecnologia & Defesa. São Paulo, SP: 2016. Disponível em: <<https://tecnodefesa.com.br/forca-aerea-100-o-futuro-da-fab/>>. Acesso em: 24 jun 2021
- REESE III, W. G. **The doctrine gap the 27 year wait for a new air force operational doctrine document**. 1996. 63 f. Monografia (Human Sciences Course)

- School of Advanced Airpower Studies, Air University, Maxwell Air Force Base, 1996. Disponível em: < <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.191.963&rep=rep1&type=pdf> >. Acesso em: 12 jun 2021

ROSA, C. E. V. **Poder Aéreo: guia de estudos**. Rio de Janeiro: Luzes - Comunicação, Arte & Cultura, 2014.

SILVA, F. A. **A eficácia do emprego dos recursos da força aérea brasileira na condução de operações aéreas em conflitos irregulares**. Rio de Janeiro: FGV, 2020. Ensaio Acadêmico.

SILVA et al. **O Poderio dos Meios Aéreos na Guerra Irregular: Análise e Proposta para a Força Aérea Brasileira**. Pirassununga, SP: 2017.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defense. **AP 3000 British Air and Space Power Doctrine**. 4. ed. Londres, 2009. Disponível em: < <https://tinyurl.com/fvecxz89> >. Acesso em: 19 mar 2021

USA. UNITED STATES AIR FORCE. **Air Force Doctrine Publication 3-2 - Irregular Warfare**. Ago. 2019. Disponível em: < <https://www.doctrine.af.mil/Doctrine-Publications/AFDP-3-2-Irregular-Warfare/> >. Acesso em: 19 maio 2021

USA. UNITED STATES AIR FORCE. **A primer on doctrine**. 2020. Disponível em: <https://www.doctrine.af.mil/Doctrine-Publications/Doctrine-Primer/>. Acesso em: 12/07/2021.

USA. UNITED STATES AIR FORCE. **Air Force Doctrine Publication 1, The Air Force**. 2021. Disponível em: <<https://www.doctrine.af.mil/Operational-Level-Doctrine/AFDP-1-The-Air-Force/>>. Acesso em: 01/05/2021

VISACRO, A. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.